

PARECER Nº /2022

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E DIREITOS HUMANOS

PROJETO DE LEI Nº 65/2022

AUTOR: VEREADOR DIÁCONO GÊ

RELATORA: VEREADORA NAIR DAYANA

1. Relatório

De iniciativa do digno Vereador Diácono Gê, o Projeto de Lei nº 65/2022 objetiva assegurar o acesso dos religiosos de todas as confissões aos hospitais da rede pública ou privada no Município de Unaí.

Recebido em 26 de maio de 2022, o Projeto de Lei nº 65/2022 foi distribuído à Douta Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos por força do disposto no art. 102, I, 'a' e 'g', do Regimento Interno desta Casa Legislativa, a fim de obter uma análise dos aspectos legais e constitucionais da matéria.

A Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Vereadora Nair Dayana, recebeu o Projeto de Lei em questão e se autodesignou como relatora da matéria para emitir o parecer, por força do r. despacho datado de 27/5/2022, cuja ciência se deu no mesmo dia.

2. Fundamentação

A Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos por força do disposto no art. 102, I, 'a' e 'g', do Regimento Interno desta Casa Legislativa é competente para apreciação da matéria constante do Projeto de Lei n.º 65/2022, senão vejamos:

Art. 102. A competência de cada Comissão Permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação, incumbindo, especificamente:

I - à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos:

- a) *manifestar-se sobre os aspectos constitucional, legal, jurídico e regimental de projetos, emendas, substitutivos e requerimentos sujeitos à apreciação da Câmara;*
(...)
- g) *admissibilidade de proposições;*

O Projeto de Lei n.º 65/2022 objetiva assegurar acesso aos religiosos de todas as confissões aos hospitais da rede pública ou privada para prestar assistência espiritual e religiosa aos pacientes internados, desde que em comum acordo com estes ou com os familiares no caso dos doentes que já não mais estejam no gozo de suas faculdades mentais.

O Projeto assegura que a assistência espiritual ou religiosa poderá ser prestada a qualquer hora, de acordo com a vontade do paciente sem prejuízo do repouso dos demais pacientes e da prestação dos cuidados com a saúde.

Ademais, dispõe que os religiosos deverão acatar as determinações e normas internas de cada entidade hospitalar, a fim de não por em risco as condições do paciente ou a segurança do ambiente hospitalar. E que a desobediência da lei sujeitará a unidade hospitalar a pena de multa de 88 unidades fiscais do Município, aplicada em dobro em caso de reincidência.

A assistência religiosa, matéria tratada na propositura em tela, encontra-se prevista no art. 5º, inciso VII, da Constituição da República, no rol de direitos fundamentais:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

A Lei Federal nº 9.982, de 14 de julho de 2000, por sua vez, assegura a prestação de assistência religiosa nas entidades hospitalares públicas e privadas, bem como nos estabelecimentos prisionais civis e militares, nos seguintes termos:

Art. 1ª Aos religiosos de todas as confissões assegura-se o acesso aos hospitais da rede pública ou privada, bem como aos estabelecimentos prisionais civis ou militares, para dar atendimento religioso aos internados, desde que em comum

acordo com estes, ou com seus familiares no caso de doentes que já não mais estejam no gozo de suas faculdades mentais.

Parágrafo único. (VETADO)

Art. 2º Os religiosos chamados a prestar assistência nas entidades definidas no art. 1º deverão, em suas atividades, acatar as determinações legais e normas internas de cada instituição hospitalar ou penal, a fim de não pôr em risco as condições do paciente ou a segurança do ambiente hospitalar ou prisional.

A competência para o nobre autor propor a presente matéria está fundamentada no inciso I do artigo 188 do Regimento Interno desta Egrégia Casa que dispõe:

Art. 188. Ressalvada a iniciativa privativa prevista na Lei Orgânica, a apresentação de projeto cabe:

I - a Vereador;

II - a Comissão ou à Mesa da Câmara;

III - ao Prefeito; e

IV - aos cidadãos.

Além do mais, o PL n.º 65/2022 se enquadra na competência privativa dos Municípios de legislar sobre assuntos de interesse local, nos termos do artigo 30, I, da Constituição Federal de 1988 e do artigo 17, I, da Lei Orgânica do Município de Unaí.

Vale ressaltar que está em andamento na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei n.º 5005/2000 de autoria da Deputada Federal Chris Tonietto-PSL-RJ, que “garante a pacientes internados em estabelecimentos de saúde o acesso à assistência espiritual e religiosa, por meio de ministro de culto ou “outra pessoa idônea que tenha sido indicada por organização ou entidade religiosa”, já que para a Deputada a Lei n.º 9.982/2000 é extremamente sucinta e não tem se demonstrado apta a tutelar com efetividade o direito assegurado na Constituição.

O Ministro Alexandre de Moraes¹, ao discorrer sobre o tema, destacou que a “Constituição Federal, ao consagrar a inviolabilidade de crença religiosa, está também assegurando plena proteção à liberdade de culto e às suas liturgias”, e que o Supremo Tribunal Federal proclamou, inclusive, a impossibilidade de o Poder Judiciário censurar declarações religiosas, ainda que estas, eventualmente, fossem exageradas.

Neste sentido, cabe ao Poder Público estabelecer mecanismos que possam materializar o exercício, de forma isonômica, do direito à assistência religiosa que está previsto no

¹ <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=15085915>

art. 5º, inciso VI, da Constituição da República e se abster da fixação de condições restritivas à atividade.

O Jurídico alerta que a jurisprudência pátria dos Tribunais Superiores defende que a prestação de assistência religiosa tem limitação e deve respeitar as normas internas do hospital público ou privado, conforme disposto no art. 2º da Lei nº 9.982/00. Logo, a previsão contida no artigo 2º do PL nº 65/2022, por exemplo, não se coadunaria com o entendimento jurídico e legal.

Pelo exposto, esta relatora entende que não há vício que impeça a tramitação do PL nº 65/2022, pois a Lei nº 9.982/2000 já versa sobre o acesso dos religiosos às entidades hospitalares públicas e privadas, em respeito ao direito humano e fundamental da liberdade religiosa especialmente em momento de enfermidade da pessoa.

3. Conclusão

Em face do exposto, voto pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 65/2022.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 7 de junho de 2022; 78º da Instalação do Município.

VEREADORA NAIR DAYANA
Relatora Designada